

Eunício celebra diálogo e democracia

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, exaltou ontem o diálogo entre as forças políticas no Congresso e a relação de respeito entre os três Poderes ao fazer um balanço sobre sua gestão. Em discurso de 23 minutos, ele foi elogiado por 24 senadores durante duas horas.

— Sempre busquei a conciliação, o

entendimento e o consenso possíveis. Os resultados da gestão são concretos. O poder da palavra reinou, o diálogo venceu e os valores democráticos foram sempre preservados — afirmou.

Ele também destacou projetos aprovados, medidas administrativas e resultados obtidos pelos meios de comunicação da Casa. **8**



Roque de Sá/Agência Senado

Jornal do Senado

www.senado.leg.br/jornal

Ano XXIV — Nº 5.037 — Brasília, quinta-feira, 20 de dezembro de 2018



Congresso aprova Orçamento de R\$ 3,38 trilhões para 2019

Projeto aprovado teve como base a proposta enviada pelo presidente da República, Michel Temer, e servirá ao governo do presidente eleito Jair Bolsonaro, que tomará posse no cargo em 1º de janeiro

Em votação rápida, graças a acordo entre os líderes partidários, o Congresso Nacional aprovou ontem o projeto do Orçamento de 2019. O total para receitas e despesas é de R\$ 3,38 trilhões.

O texto prevê salário mínimo no valor de R\$ 1.006 a partir de janeiro, um reajuste de 5,45%. A inflação deve ficar em 4,2%. Já o crescimento estimado do PIB é de 2,5%, e há previsão de aumento da taxa básica de juros dos atuais 6,5% para 8%. A taxa de câmbio do dólar é de R\$ 3,66.

As despesas com assistência e previdência social estão orçadas em R\$ 504,9 bilhões, sendo ainda necessários créditos suplementares de R\$ 248,9 bilhões, a serem aprovados pelo Congresso no ano que vem.

O Orçamento prevê ainda reajuste para servidores públicos e correção do piso salarial de agentes comunitários de saúde e de combate a endemias, que passará a R\$ 1.250. O valor é resultado da derrubada pelo Congresso do veto de Temer à lei que prevê o aumento. **5**



Plenário da Câmara dos Deputados durante sessão conjunta do Congresso para votação do Orçamento de 2019

Jonas Pereira/Agência Senado

Prazo para empresa retirar nomes da lista de inadimplentes pode cair de 5 para 2 dias

Projeto aprovado ontem em colegiado do Senado determina que as empresas retirem em até dois dias úteis o nome do cliente em cadastro de inadimplência após o pagamento total do débito. O texto, do senador Fernando Bezerra Coelho, modifica o Código de Defesa do Consumidor

e também determina o prazo de dois dias para modificações em erros de dados cadastrais, quando solicitado pelo consumidor.

A proposta foi aprovada na Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor. **7**

Vão à sanção regras para pagamento com cheque

A proposta que regulamenta o pagamento com cheque no comércio foi aprovada ontem no Plenário e segue para sanção. O projeto estabelece que o comerciante que se propuser a aceitar cheque só poderá recusar essa forma de pagamento se o nome do emitente estiver em cadastro de serviço de proteção ao crédito ou se o consumidor não for o próprio emitente do cheque e titular da conta. O tempo de abertura da conta no banco não poderá ser motivo de recusa do cheque. **3**

Indicação política é rejeitada em comissão

As mudanças feitas pela Câmara no projeto que regulamenta a atuação das agências reguladoras foram rejeitadas ontem pela Comissão de Constituição e Justiça. Deputados apresentaram emenda ao projeto para permitir a indicação de políticos para o conselho de administração e diretoria de estatais, o que está limitado por lei desde 2016. O relator, senador Antonio Anastasia, retomou o texto do projeto original aprovado pelo Senado. **4**

Avança projeto que combate fraudes e sonegação **7**

Cinco novas leis beneficiam as mulheres **2**

Senado e Câmara unificam número de proposições **2**

Confirmados seis acordos internacionais **3**

Plenário aprova indicação para conselhos **4**



O relator, Romero Jucá, apresenta o parecer entre os senadores Ana Amélia e Dário Berger

Roque de Sá/Agência Senado

Projeto terá número igual no Senado e na Câmara

Ato assinado ontem determina que as propostas legislativas que precisam passar por avaliação nas duas Casas manterão o mesmo número. Hoje a numeração é diferente quando isso acontece

O SENADO E a Câmara dos Deputados vão unificar a numeração de projetos de lei, propostas de emenda à Constituição e projetos de decreto legislativo a partir de fevereiro de 2019, quando começará a próxima legislatura do Congresso Nacional. Ato conjunto com esse objetivo foi assinado ontem pelos secretários-gerais das Mesas das duas Casas, Luiz Fernando Bandeira, do Senado, e Leonardo Augusto Barbosa, da Câmara.

As proposições legislativas que precisam passar pela avaliação tanto dos senadores quanto dos deputados — chamadas de bicamerais — manterão o mesmo número quando se moverem de uma Casa para a outra.

Atualmente, a numeração muda quando isso acontece, obedecendo às regras específicas de cada Casa. Isso significa que as proposições bicamerais sempre têm dois números, um designando a passagem pelo Senado e outro usado para a passagem pela Câmara. Além disso, quando uma dessas proposições retorna à origem com mudanças feitas pela Casa revisora, ela recebe uma terceira numeração diferente.

Também serão unificadas as siglas. Dessa forma, os projetos bicamerais manterão a mesma designação durante toda a tramitação pelo Congresso. No modelo atual, as Casas usam nomenclaturas diferentes.

O novo sistema se aplicará a todas as propostas apresentadas a partir de fevereiro de 2019. Os projetos já existentes não serão alterados a princípio, apenas se vierem a passar de uma Casa para a outra. Nesses casos, receberão uma nova numeração, já dentro da



Ao lado de Leonardo Barbosa (E), Luiz Fernando Bandeira assina o ato

nova lógica, que manterão até o final da sua trajetória.

A numeração unificada seguirá um ciclo anual. A primeira proposição de cada tipo a ser apresentada em qualquer uma das Casas num determinado ano receberá o número 1 e iniciará o ciclo. Ao fim do ano, a sequência será zerada e a numeração será reiniciada no ano seguinte.

A adaptação dos sistemas informatizados para comportar o novo modelo levou cerca de sete meses. O processo teve participação da Secretaria de Tecnologia da Informação do Senado (Prodasen) e da Diretoria de Inovação e Tecnologia da Informação da Câmara (Ditec).

Transparência

O secretário-geral da Mesa do Senado disse que o novo sistema representa uma aproximação maior entre o Parlamento e a sociedade, pois será mais fácil para os cidadãos acompanharem a tramitação de projetos de lei. Para ele, isso torna o Congresso Nacional mais transparente e acessível.

— Era muito comum termos uma matéria importante em discussão que era conhecida por um determinado número e, depois de ser aprovada, ela

chegava à outra Casa e ganhava um novo. De repente, perdia-se toda a referência que se tinha para aquela matéria. Não fazia sentido.

O secretário-geral da Mesa da Câmara afirmou que a medida também terá o mérito de tornar mais eficiente a recuperação de informações sobre as atividades do Parlamento, o que beneficiará o acompanhamento imediato dos trabalhos e também as pesquisas de longo prazo.

Também participaram do ato os diretores-gerais do Senado, Ilana Trombka, e da Câmara, Lúcio Henrique Lopes.

— Isso não é importante para o Congresso, é importante para o Brasil. Traz transparência e entendimento do processo legislativo, só isso garante a democracia — afirmou Ilana Trombka.

Para Lúcio Lopes, a mudança facilita o acompanhamento do trabalho legislativo:

— Mesmo para quem está aqui dentro é uma dificuldade enorme entender o processo legislativo. Esse passo faz com que o processo legislativo esteja mais próximo do povo, que tem hoje um interesse por tudo que se passa aqui dentro — afirmou Lopes.

Sancionadas leis sobre direitos, segurança e saúde das mulheres

O presidente Michel Temer sancionou cinco projetos que tratam de saúde, garantias de direitos e combate e à violência contra mulheres. As propostas fazem parte da pauta acertada entre a bancada feminina e as lideranças partidárias no Senado e na Câmara pela campanha 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres, um evento mundial pelo fim da violência de gênero. O calendário de atividades foi de 25 de novembro a 10 de dezembro, quando é comemorado o Dia Internacional dos Direitos Humanos.

Entre as propostas que se tornaram lei, está o projeto que flexibiliza a progressão de pena para gestantes e mães condenadas pela Justiça (PLS 64/2018).

Da senadora Simone Tebet (MDB-MS), a medida também beneficia a presa que for mãe ou responsável por crianças ou pessoas com deficiência. O benefício, porém, só alcança a condenada que não tiver cometido crime com violência ou grave ameaça a pessoa.

A lei substitui a prisão preventiva por prisão domiciliar para gestantes, mães de crianças com até 12 anos ou responsáveis por pessoas com deficiência. Outro projeto aumenta a pena para o feminicídio (PLC 8/2016)

Feminicídio

O Código Penal prevê reclusão de 12 a 30 anos para o homicídio de mulher em razão do seu gênero. Do deputado Lincoln Portela (PR-MG), o projeto aumenta a pena, de um terço à metade, se o crime for cometido em descumprimento de medida protetiva prevista na Lei Maria da Penha.

Também foi sancionado o projeto que cria o tipo penal de registro não autorizado da intimidade sexual (PLC 18/2017). Por exemplo, a gravação de vídeos íntimos.

Do deputado João Arruda (MDB-PR), o projeto também estabelece que comete o mesmo crime quem realiza montagem para incluir pessoa em cena de nudez ou ato sexual.

Câncer de mama

Também foi sancionado o PLC 05/2016, do deputado Carlos Bezerra (MDB-MT), que assegura às mulheres com câncer de mama o direito à cirurgia plástica reparadora nos dois seios, ainda que o tumor se manifeste em apenas um deles.

No Senado, o relatório de Marta Suplicy (MDB-SP) estabeleceu que as reconstruções e simetrização das mamas, auréolas e mamilos devem ser feitas tanto pelo SUS como pelos planos de saúde.

Também virou lei o PLC 158/2008, que permite a ausência do trabalhador ao serviço, por até três dias a cada 12 meses de trabalho, para realização de exame preventivo de câncer, sem prejuízo do salário.

O autor do projeto, deputado Daniel Almeida (PCdoB-BA), afirmou que, apesar da existência de métodos preventivos simples, eficientes e de baixo custo para essas doenças, o Ministério da Saúde registra alto número de óbitos ocasionados por câncer. “Com o projeto, os trabalhadores de ambos os sexos terão a oportunidade de realizar exames preventivos sem preocupações quanto a perdas salariais”, declarou.

Com Agência Câmara

Eunício participa de lançamento de livro na Câmara

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, participou ontem, na Câmara dos Deputados, do lançamento da publicação *Paes de Andrade, o Político, o Jurídico, o Militante Democrático*. A obra conta a

trajetória do deputado cearense, que presidiu a Câmara dos Deputados entre 1989 e 1991.

Paes de Andrade atuou na política por mais de 40 anos. Foi deputado estadual, federal, presidente do PMDB e embaixador do Brasil em Portugal.

Por ter sido constituinte, a obra faz parte das comemorações dos 30 anos da Constituição.

— Paes de Andrade foi uma referência para todos nós que fazemos política. Ele foi um dos homens que teve coragem de enfrentar a ditadura militar. Ele era um exemplo de história, coragem e ética e foi obstinado na defesa do desenvolvimento de uma região pobre como o Nordeste brasileiro. Ele ajudou a escrever uma das mais importantes páginas do Brasil — afirmou Eunício.

Da Assessoria de Imprensa da Presidência do Senado



Para Eunício, Paes de Andrade é referência para os políticos do país

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



PLENÁRIO Sessão não deliberativa

9h Discursos e avisos da Mesa.

MP 863/2018 Empresas aéreas

10h Eleição de presidente e vice.

CSF Balanço de atividades

14h Apresentação do balanço de atividades da Comissão Senado do Futuro em 2018.

Previsão atualizada às 18h de ontem pela Secretaria-Geral da Mesa e Secretaria de Comissões

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

AUDIÊNCIAS INTERATIVAS



Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa>

• Alô Senado: 0800 612211

• Acompanhe: • Portal e-Cidadania: senado.leg.br/ecidadania

• Facebook: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • Twitter: [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado)

• TV: senado.leg.br/TV

Aprovada regulamentação de pagamento com cheque

Pelo projeto, comerciante só pode recusar cheque se o nome do emitente estiver no SPC, se o consumidor não for o emitente ou não for titular da conta

O PROJETO QUE estabelece novas regras para o pagamento com cheque no comércio foi aprovado ontem pelo Plenário do Senado. Uma das intenções da proposta, que segue para sanção, é impedir que o consumidor seja discriminado ao fazer suas compras.

Do deputado Vinícius Carvalho (PRB-SP), o PLC 124/2017 estabelece que o comerciante que se propuser a aceitar cheque como forma de pagamento somente poderá recusá-lo em duas situações: se o nome do emitente figurar em cadastro de serviço de proteção ao crédito ou se o consumidor não for o próprio emitente do cheque e titular da conta corrente. O tempo de abertura de conta no banco não pode ser motivo de recusa pelo estabelecimento comercial.

A proposta diz ainda que o comerciante será obrigado



Eduardo Lopes relatou o projeto na Comissão de Assuntos Econômicos

a receber cheques se não houver no estabelecimento a informação clara e ostensiva indicando que a modalidade de pagamento não é aceita no local.

Penalidades

Quem descumprir as normas fica sujeito a sanções administrativas já previstas no artigo 56 e seguintes do Código de Defesa do Consumidor (CDC), que vão de multas a

interdição do estabelecimento.

O relator na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), Eduardo Lopes (PRB-RJ), elogiou a iniciativa. “O projeto adequadamente veda a recusa do recebimento de cheque em razão do tempo mínimo de abertura de conta corrente, tendo em conta que essa informação não é relevante para fins de verificação da solvência do título”, afirma o senador no relatório.

Senado vai recorrer de decisão sobre voto aberto

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, disse que a Casa vai recorrer da decisão tomada ontem pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Marco Aurélio de Mello, sobre a próxima eleição para a presidência do Senado. Marco Aurélio acolheu mandado de segurança do senador Lasier Martins (PSD-RS) para que a votação seja aberta.

Para Eunício, a decisão unilateral do ministro invade as prerrogativas do Senado.

— Sempre respeitei a independência e a harmonia entre os Poderes. No momento em que um Poder se sente incomodado por outro, é legítimo que ele possa recorrer. É o que o Senado fará — afirmou.

Mais cedo, a decisão já havia gerado polêmica no Plenário. O senador Renan Calheiros

(MDB-AL) criticou a medida, que seria uma interferência no Legislativo. A previsão de votação secreta está no Regimento Interno do Senado.

Lasier, que acionou o STF sob a alegação de que a previsão regimental do voto secreto contraria a legislação, comemorou.

— Eu informo a decisão do ministro Marco Aurélio com muita satisfação porque estamos em sintonia com uma nova época. O famoso “recado das urnas” exige mudanças e essas mudanças haverão de chegar também ao Senado Federal — disse.

Projeto

Lasier é autor de um projeto de resolução que também garante voto aberto nas eleições para a Mesa e para a presidên-

cia das comissões do Senado (PRS 53/2018).

Renan afirmou que a liminar de Marco Aurélio prejudica a harmonia entre os Poderes e sugeriu que Eunício “entregue as chaves do Congresso” ao STF.

— Se o Supremo não entender que precisa cassar a decisão do ministro Marco Aurélio, porque é uma interferência no Poder Legislativo, é muito melhor o senhor presidente do Senado, quando terminar este mandato, aproveitar que nós estamos fechando a tampa de uma legislatura, para entregar a chave do Congresso Nacional ao ministro Marco Aurélio, porque não se convive com essa intervenção — disse Renan.

O senador reforçou que o voto secreto para a escolha de presidente é adotado em eleições no mundo todo e classificou a liminar de Marco Aurélio como desmoralização do Legislativo.

— Quem estiver achando que a democracia vai adiante com um Poder querendo insistentemente desmoralizar o outro está completamente enganado — criticou Renan.

A eleição para a presidência da Casa, bem como dos demais cargos da Mesa, ocorre no dia 1º de fevereiro de 2019, quando se inicia a próxima legislatura.



Autor do pedido ao STF, Lasier informa decisão do ministro Marco Aurélio

Acordos internacionais são ratificados e vão à promulgação

O Senado confirmou ontem seis acordos internacionais feitos pelo governo brasileiro. Entre eles, a ratificação do Acordo Multilateral de Céus Abertos para os Estados da Comissão Latino-Americana de Aviação Civil (Clac), que congrega 22 países da América Latina e do Caribe (PDS 151/2018).

O novo marco legal para a operação de serviços aéreos entre esses países envolve não apenas a harmonização de normas técnicas, mas o estabelecimento de acordos de liberação de tráfego entre as nações signatárias. O acordo ratificado pelos senadores traz compromissos sobre metas relacionadas à liberalização e melhoria dos serviços aéreos e dá a aeronaves dos países signatários o direito de

sobrevoar outros territórios sem pousar, de fazer escalas não comerciais e de executar serviços, regulares ou não, de passageiros ou de cargas.

Outro projeto aprovado trata do acordo entre o Brasil e a República de Cabo Verde na área de defesa. Um dos objetivos do PDS 105/2018 é promover a cooperação com ênfase nas áreas de pesquisa e desenvolvimento, de apoio logístico e de aquisição de produtos e serviços ligados ao setor. O acordo também vai buscar o compartilhamento de conhecimentos e experiências adquiridas em operações das Forças Armadas, incluindo operações internacionais de manutenção da paz, bem como de uso de equipamento militar nacional e estrangeiro.

ACORDOS APROVADOS (PROJETOS DE DECRETO LEGISLATIVO)	
PDS 105/2018	Aprova o Acordo-Quadro entre Brasil e Cabo Verde sobre cooperação em matéria de defesa
PDS 151/2018	Aprova o acordo Multilateral de Céus Abertos para os Estados Membros da Comissão Latino-Americana de Aviação Civil (Clac)
PDS 153/2018	Aprova o acordo de assistência mútua administrativa entre Brasil e Noruega em matéria aduaneira
PDS 154/2018	Aprova o texto da emenda ao acordo de cooperação entre Brasil e o Kuwait
PDS 155/2018	Aprova o acordo entre Brasil e o Kuwait sobre serviços aéreos
PDS 168/2018	Aprova o Protocolo de Cooperação e Facilitação de Investimentos Intra-Mercosul

Julho Amarelo vai reforçar combate às hepatites virais

O Senado aprovou ontem a criação do Julho Amarelo para reforçar as iniciativas de combate às hepatites virais. A mobilização deverá ser realizada a cada ano em todo o território nacional durante o mês, efetivando ações relacionadas à luta contra as hepatites virais. O PLC 35/2018 segue para sanção.

O relator na Comissão de Assuntos Sociais, senador Paulo Rocha (PT-PA), entende que campanhas como essa podem estimular as pessoas a se vacinarem contra a hepatite e a buscarem o diagnóstico precoce.

O senador alertou para o fato de que a hepatite é uma ameaça grave à saúde, pois

ataca o fígado e é, em muitos casos, assintomática.

— É de grande relevância que haja um diagnóstico precoce e, além disso, a vacinação é a melhor forma de prevenção. Instituímos um mês destinado a chamar atenção para as hepatites virais é um instrumento eficaz de conscientização sobre seus riscos e formas de tratamento e prevenção — afirmou Paulo Rocha.

O mês de julho faz referência à data escolhida pela Organização Mundial de Saúde (OMS) para a celebração do Dia Mundial de Luta contra as Hepatites Virais (28 de julho).

O projeto do deputado Marcos Reategui (PSC-AP).

RÁPIDAS

CEARÁ É AUTORIZADO A PEGAR EMPRÉSTIMO COM ALEMANHA

O Senado aprovou ontem autorização para que o governo do Ceará faça uma operação de crédito externo com o banco estatal de fomento alemão (KfW), no valor de 50 milhões de euros. Os recursos serão destinados a ações de saneamento básico nas zonas rurais do estado. Deverão ser beneficiados com o empréstimo o programa Águas para o Sertão e as ações de mitigação aos efeitos provocados pelas mudanças climáticas.

MARANHÃO FARÁ OPERAÇÃO DE US\$ 35 MILHÕES COM O BID

O Plenário autorizou o Maranhão a pegar um empréstimo de US\$ 35 milhões no Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). O dinheiro vai ser usado para financiar projeto que desburocratiza a administração das receitas, a arrecadação e a gestão fiscal, financeira e patrimonial do estado (Projeto de Modernização da Gestão Fiscal do Maranhão — Profisco II). A carência para o início do pagamento será de 66 meses e a amortização será feita em 234 meses.

Comissão rejeita indicação política para estatais

Relatório de Antonio Anastasia retomou o projeto original do Senado, retirando artigos colocados pelos deputados que permitiam indicação política para estatais e agências reguladoras

A COMISSÃO DE Constituição e Justiça (CCJ) rejeitou ontem as mudanças feitas pela Câmara dos Deputados no projeto que regulamenta a atuação das agências reguladoras. Os deputados apresentaram uma emenda ao PLS 52/2013, para permitir a indicação de políticos para o conselho de administração e diretoria de estatais, o que está limitado por lei desde 2016.

A iniciativa não agradou ao relator, Antonio Anastasia (PSDB-MG), que retomou o texto original. Com a aprovação do parecer pela CCJ, a proposta segue para a Comissão de Transparência, Fiscalização e Controle (CTFC).

— Mantive quase na íntegra o projeto do Senado, com alterações formais pequenas. Vamos manter 99% do que aprovamos. Um dos pontos centrais da Lei das Estatais foi estabelecer critérios mais rígidos para a

nomeação de dirigentes, em busca de maior impessoalidade, eficiência e transparência nas atividades dessas empresas — afirmou o senador.

Conforme alterações feitas pelos deputados, estaria permitida, sem quarentena de 36 meses, a indicação de parentes até o terceiro grau de autoridades para o conselho de administração e a diretoria de estatais com receita operacional bruta maior que R\$ 90 milhões. Com isso, parentes de ministros, de dirigentes partidários ou de legisladores poderiam participar do controle das empresas, assim como pessoas que tenham atuado em direção de partido político ou de campanha eleitoral.

Os deputados também retiraram a quarentena para que políticos ocupem cargos em agências reguladoras. A mudança foi barrada por Anastasia.

As emendas da Câmara



Anastasia, entre José Pimentel e Rose de Freitas, defende critérios definidos pelo projeto aprovado no Senado

também não agradaram ao presidente do Senado e autor do projeto, Eunício Oliveira, nem aos integrantes da CCJ.

— Fui a favor da Lei das Estatais e continuo favorável. Essa vedação de 36 meses é necessária e deve ocorrer. No caso das agências reguladoras, sou ainda mais radical. Aliás, apresentei um projeto determinando que todo cargo co-

missionado das agências sejam necessariamente ocupados por servidor de carreira — disse Reguffe (sem partido-DF).

José Pimentel (PT-CE) lembrou que o PLS 52/2013 nivela as agências reguladoras à norma já existente para as estatais. Gleisi Hoffmann (PT-PR) levantou suspeita sobre a real intenção dos deputados em mudar uma lei aprovada

há dois anos. Para a senadora, “agora que o PT não está mais no poder, não interessa mais a quarentena nas estatais”.

— Aquela votação da Lei das Estatais tinha endereço certo: quem estava no governo. Uma crítica ao governo petista e uma tentativa de imputar ao PT uma politização nas estatais. Eles tinham que construir uma narrativa depreciativa.

Plenário aprova indicados para vagas em conselhos

O Plenário aprovou ontem as indicações de Maria Tereza Uille Gomes para o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e de Otavio Luiz Rodrigues Junior para o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). Mais cedo, eles foram sabatinados e aprovados pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Os nomes dos indicados serão agora encaminhados à Presidência da República para nomeação.

Procuradora de Justiça do Paraná, Maria Tereza Uille Gomes já ocupa uma cadeira no CNJ desde 2017 e será reconduzida por indicação da Câmara dos Deputados. A mensagem foi relatada pela senadora Simone Tebet (MDB-MS).

Compete ao Conselho Nacional de Justiça o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres

funcionais dos juízes.

Durante a sabatina na CCJ, Maria Tereza teve que responder aos senadores sobre vários temas, entre eles o auxílio-moradia a membros do Judiciário e a superlotação de presídios.

Sobre o auxílio-moradia, a indicada ressaltou que a decisão tomada pelo CNJ limita a concessão do benefício a “situações excepcionais”. Para o senador Reguffe (sem partido-DF), o auxílio-moradia é apenas uma das várias regalias dos quais o Poder Judiciário brasileiro goza.

Gleisi Hoffmann (PT-PR) perguntou sobre como resolver o problema da superlotação de presídios. Maria Tereza apontou dois caminhos: a integração de dados entre as polícias e o Poder Judiciário e a aprovação de alterações na Lei de Execução Penal.

Também indicado pela Câmara, Otavio Rodrigues

Junior assumirá uma vaga no CNMP. Ele é professor da Universidade de São Paulo (USP) e já foi conselheiro da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). O relator da mensagem de indicação foi Edison Lobão (MDB-MA).

Judicialização

Formado por 14 membros, que representam setores diversos da sociedade, o CNMP atua na fiscalização administrativa, financeira e disciplinar do Ministério Público e de seus membros. Durante a sabatina, ele criticou a “judicialização da política” e defendeu a harmonia entre os poderes.

— Não é possível democracia sem respeito ao voto, à soberania popular e à legitimidade que as urnas periodicamente conferem aos seus representantes. Não é possível democracia sem que os espaços da política e do direito tenham limites que permitam que a harmonia entre os poderes seja preservada — disse.

O indicado assegurou que está preocupado com a gestão transparente e que enviará relatórios periódicos para o Congresso sobre suas atividades.

— Vou apresentar anualmente relatório de atividades tanto à Câmara dos Deputados quanto ao Senado de modo que os legítimos representantes do povo brasileiros saibam, acompanhem e até critiquem o desempenho que eventualmente eu possa exercer nesse conselho — disse.

Vai à sanção eleição de ministro do STJ para corregedoria da Justiça

Foi aprovado ontem em Plenário projeto que determina a eleição de um ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) para o cargo de corregedor-geral do Conselho da Justiça Federal (CJF) e de outro para a Vice-Corregedoria-Geral. A proposta segue para sanção presidencial.

Atualmente, a Corregedoria-Geral da Justiça Federal é dirigida pelo mais antigo dos ministros do STJ que integra o Conselho da Justiça Federal, à exceção do presidente e do vice-presidente. Segundo o PLC 141/2018, do próprio STJ, a Corregedoria-Geral passará a ser dirigida pelo ministro do STJ que for eleito para esse cargo.

Hoje a substituição do corregedor nas suas faltas e im-

pedimentos é feita pelos demais ministros-conselheiros do STJ, respeitada a ordem de antiguidade. Se o projeto virar lei, a substituição passará a ser feita pelo ministro do STJ eleito vice-corregedor-geral ou por delegação. A eleição dos dirigentes vai permitir a dedicação exclusiva à função.

Como a proposta chegou ao Senado na terça-feira, o senador Romero Jucá (MDB-RR) deu parecer em Plenário pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

— É um projeto simples, a pedido do STJ, para ajustar procedimento dentro do CJF.

O corregedor-geral do CJF exerce a fiscalização, o controle e a orientação normativa da Justiça Federal.

Com Agência Câmara

Nota da Comissão de Assuntos Sociais

A presidente da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), Marta Suplicy (MDB-SP), divulgou nota sobre a indicação do deputado André Moura (PSC-SE) para a diretoria da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa)

“Não faz sentido e não tem cabimento a indicação, no apagar das luzes, do deputado André Moura para uma diretoria da Anvisa. Ela não será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal como manda o regimento interno e a legislação em vigor. Essa é a quarta indicação fora dos critérios técnicos e éticos que, como presidente da CAS, recusei-me a designar relatoria para que pudesse ser encaminhada para a sabatina e respectiva apreciação, requisitos indispensáveis para a deliberação do Plenário do Senado. Mais uma indicação que não poderá e nem deverá ser levada a cabo. As razões estiveram e estão estampadas nos principais veículos da mídia nacional. Lamentável!”

Senadora Marta Suplicy



Maria Tereza, senador Edison Lobão e Otavio Rodrigues durante sabatina

Congresso aprova Orçamento da União de 2019

Projeto prevê receitas e despesas dos três Poderes da União para o primeiro ano do governo de Jair Bolsonaro, além de estimar dados como inflação, taxa de juros e câmbio

O CONGRESSO APROVOU ontem o projeto de Orçamento de 2019, o primeiro para o governo de Jair Bolsonaro, que toma posse como presidente em 1º de janeiro.

O total de receitas e despesas do Orçamento é de R\$ 3,38 trilhões. O texto prevê que o salário mínimo será de R\$ 1.006 a partir de janeiro (reajuste de 5,45%). A inflação, medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), deve ser de 4,2%. O crescimento estimado do produto interno bruto (PIB) é de 2,5%. A taxa básica de juros (Selic) é de 8%. E a taxa de câmbio do dólar é de R\$ 3,66.

Correções

A votação foi rápida, graças a um acordo de líderes partidários, e teve apenas uma recomendação contrária, do Psol. O relator-geral, Waldemir Moka (MDB-MS), afirmou que teve pouca margem de manobra.

— Nunca antes um relator teve menos de R\$ 1 bilhão para remanejar. Neste Orçamento, eu só tive aproximadamente R\$ 300 milhões para repartir entre todas as áreas — afirmou.

O futuro ministro da Economia, Paulo Guedes, chegou a se reunir pelo menos duas vezes com membros da Comissão Mista de Orçamento (CMO) para tratar do possível envio de uma mensagem do governo de transição com alterações. Mas isso não chegou a



Sessão do Congresso no Plenário da Câmara em que foi votado o projeto da Lei Orçamentária Anual de 2019

ocorrer, e o texto aprovado teve como base a proposta enviada pelo governo de Michel Temer.

No relatório de Moka, foi prevista a correção do piso salarial dos agentes comunitários de saúde e dos agentes comunitários de endemias, que passará a ser de R\$ 1.250. O reajuste é resultado da derubada pelo Congresso do veto de Temer à Lei 13.708, que previa esse aumento.

Para os servidores do Executivo, o texto mantém recursos para bancar o reajuste de 209 mil funcionários públicos ativos e 163 mil inativos em 2019. Apesar de o aumento salarial estar previsto em oito leis de 2016 e 2017, o governo editou a MP 849/2018 para adiar o reajuste. Entretanto, o Congresso apresentou a proposta orçamentária com os valores necessários à correção salarial, prevendo que a MP deverá perder a validade

neste domingo.

Já para o Programa Mais Médicos, que passa por uma reformulação com a saída dos médicos cubanos, estão previstos R\$ 3,7 bilhões. E para as ações e serviços públicos de saúde, o relatório prevê gastos de R\$ 120,4 bilhões, também acima do piso constitucional.

Previdência

As despesas com assistência e previdência social estão orçadas em R\$ 504,95 bilhões, sendo ainda necessários créditos suplementares de R\$ 248,9 bilhões — a serem aprovados pelo Congresso no ano que vem — para que o montante atinja o montante de R\$ 753,8 bilhões. O valor, orçado pelo governo, foi modificado para se adaptar à chamada regra de ouro dos gastos públicos.

A Emenda Constitucional 93, que prorrogou a Desvinculação das Receitas da União

(DRU) até 2023, retira da Previdência 30% da arrecadação das contribuições sociais.

A meta de déficit fiscal foi mantida em R\$ 139 bilhões, como estimado pela equipe econômica.

Para o pagamento de juros, amortizações e encargos da dívida pública, o texto aprovado prevê um gasto de R\$ 1,424 trilhão, o que corresponde a 42% do Orçamento




de 2019. Segundo os cálculos da Instituição Fiscal Independente (IFI) do Senado, a dívida pública brasileira está em R\$ 5,2 trilhões.

O presidente do Congresso, senador Eunício Oliveira, lembrou que somente com a aprovação do Orçamento o próximo governo poderá editar projetos de lei do Congresso (PLNs) que possibilitem modificar o Orçamento após a sua alteração pelo Congresso.

— Se não aprovássemos o Orçamento, o futuro governo não poderia governar, pois estaria preso a gastar apenas os duodécimos [parcelas de um doze avos do Orçamento anterior, que podem ser utilizadas pelo governo, com a correção da inflação, enquanto não é aprovado o Orçamento do ano]. Ao contrário do que se declarou, não deixamos nenhuma bomba-relógio ou pauta-bomba. Estamos permitindo que o próximo governo possa funcionar — afirmou.

Com Agência Câmara

Parâmetros macroeconômicos

-  PIB nominal: R\$ 7,43 trilhões
-  Crescimento do PIB: 2,5%
-  Inflação (IPCA): 4,2%
-  Taxa básica de juros (Selic): 8%
-  Taxa de câmbio do dólar: R\$ 3,66 (em dezembro de 2019)
-  Salário mínimo: R\$ 1.006 (reajuste de 5,45%)

Fonte: Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira e projeto de Lei Orçamentária Anual de 2019

Legislativo mantém cinco vetos e deixa destaques de sete para o ano que vem

O Congresso decidiu ontem pela manutenção de cinco vetos presidenciais. O presidente do Senado, Eunício Oliveira, anunciou que os destaques de outros sete vetos serão apreciados somente no ano que vem, na próxima legislatura.

Um dos vetos mantidos é o relativo a vários itens da Lei 13.726, de 2018, que elimina a exigência de documentos do poder público aos cidadãos. Entre outros itens, foi veta-

da a previsão de que órgãos públicos disponibilizem em página de internet mecanismo próprio para a apresentação, pelo cidadão, de requerimento relativo a seus direitos.

Outro veto mantido trata de um item da Lei 13.731. A norma destina recursos de multas ambientais para arborização urbana. O artigo vetado previa para esses mesmos fins o uso de recursos advindos de taxas cobradas antecipadamente

pela poda e corte de árvores, nos casos em que essas ações dependessem da autorização de um órgão ambiental integrante do Sistema Nacional de Meio Ambiente (Sisnama).

Também foi mantido o veto a vários itens da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2019. A maioria dos itens vetados é relativa a emendas parlamentares para garantir mais recursos para determinadas áreas. A resposta do governo

foi que as propostas ferem a Emenda Constitucional 95, do teto de gastos, e criam rigidez no Orçamento, dificultando o remanejamento dos recursos.

O veto parcial que atinge a legislação que trata da redução do preço do diesel (Lei 13.670) também foi mantido. A norma reonera a folha de pagamento de setores da economia para compensar a redução do diesel. Um dos trechos vetados foi o que previa isenção total do

PIS/Cofins sobre o diesel até o fim de 2018. Na razão para o veto, o Executivo alega que haveria renúncia de receita.

Deputados e senadores também decidiram manter o veto parcial relativo à Lei 13.690, que criou o Ministério da Segurança Pública. Pela lei, todas polícias federais ficariam sob a jurisdição do novo ministério, mas o veto excluiu a Polícia Ferroviária Federal e as guardas portuárias.

Eunício ressalta união e empenho do Parlamento durante o biênio

O presidente do Congresso, Eunício Oliveira, afirmou que o Parlamento “honrou os seus deveres” neste biênio. Ele fez um balanço das atividades do Congresso em 2017 e 2018 ao fim da sessão conjunta e ressaltou que a união e o empenho dos parlamentares permitiram que o país superasse desafios.

— O Brasil atravessou e supe-

rou uma das maiores crises da história republicana. O sucesso se deu porque soubemos, com práticas democráticas, exercer o diálogo e o entendimento.

Eunício escolheu como ações de maior destaque as medidas tomadas para conter a crise da segurança pública no Rio de Janeiro e a greve dos caminhoneiros.

RÁPIDAS

ADIADA VOTAÇÃO DE PROJETO QUE ABRE CRÉDITO PARA MPU

Foi adiada a votação do projeto do Ministério Público da União (MPU) que abre crédito suplementar de R\$ 11,5 milhões para custear a realização de concurso público para a instituição. Mesmo sem a aprovação do projeto, as provas foram realizadas em outubro. De acordo com o PLN 46/2018, a fonte dos recursos é a taxa de inscrição a ser paga pelos candidatos, já que o orçamento do MPU para 2018 não previu essa dotação para o concurso. O relatório do senador Romero Jucá (MDB-RR) é favorável à proposta.

MINISTÉRIO PÚBLICO PODERÁ TRANSFERIR CARGOS PARA CNMP

A inclusão de oito cargos e funções do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) foi aprovada pelo Congresso. A iniciativa está em projeto que altera a Lei Orçamentária (LOA) em vigor. O governo alega que o impacto orçamentário da proposta de provimento dos cargos será de R\$ 176 mil em 2018 e de R\$ 1,2 milhão em 2019. O remanejamento é decorrente da redistribuição de oito cargos efetivos vagos do Ministério Público da União (MPU) para o CNMP. O PLN 50/2018 segue para sanção.

APROVADOS R\$ 44,3 MILHÕES PARA FAZENDA E ITAMARATY

O Congresso aprovou ontem o PLN 37/2018, que abre crédito especial em favor do Ministério da Fazenda e do Itamaraty no valor de R\$ 44,3 milhões. O projeto segue para sanção presidencial. O montante será utilizado quase que integralmente para pagar decisões judiciais em ações trabalhistas apresentadas por funcionários do Serpro desde 1989, R\$ 39,2 milhões. Já o Itamaraty terá R\$ 5 milhões para pagar as contribuições do Brasil para organismos internacionais.

COP-24 foi destaque em 2018, diz Jorge Viana

Na 24ª Conferência do Clima, parlamentares da Comissão de Mudanças Climáticas reforçaram o compromisso brasileiro com as metas de redução da emissão de gases de efeito estufa

O SENADOR JORGE Viana (PT-AC) destacou ontem a participação de parlamentares na COP-24, na Polônia, como uma das principais atividades da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas em 2018. Realizada no início deste mês na Polônia, a 24ª edição do encontro da Conferência das Partes (COP) das Nações Unidas deu continuidade às negociações para definir as regras de implementação do Acordo de Paris, que prevê a redução das emissões dos gases do efeito estufa.

Relator da comissão, Viana disse que a participação da comissão na COP-24 centrou-se nos principais compromissos assumidos pelo Brasil no Acordo de Paris para enfrentamento dos cenários previstos de alterações climáticas. A meta do país é reduzir em 43% as emissões de gases de

efeito estufa até 2030, de forma escalonada, tendo como base as emissões de 2005.

Durante o ano, foram realizadas sete audiências públicas para discutir a implementação das regras do Acordo de Paris e a participação brasileira na COP-24. Por meio dos debates, o colegiado buscou viabilizar a candidatura brasileira para sediar a COP-25, em 2019, da qual o Brasil formalmente desistiu perante o Secretariado da Convenção-Quadro, no final de novembro, atendendo a pedido da equipe do presidente eleito, Jair Bolsonaro.

A comissão mista, explicou Jorge Viana, solicitou a revisão dessa decisão, assim como o fez a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), já que a candidatura seria submetida à votação durante a COP-24, com o propósito de firmar a posição



Relator, Jorge Viana apresenta balanço anual de atividades da comissão

de liderança do Brasil nas negociações e ações climáticas.

RenovaBio

A comissão debateu ainda o Programa RenovaBio, cujos objetivos incluem contribuir para o cumprimento das metas do Acordo de Paris por meio da expansão dos biocombustíveis na matriz energética, com ên-

fase na regularidade e na previsibilidade do abastecimento desse tipo de combustível.

Para que se atinja a meta, o Brasil prevê o aumento da participação de bioenergia sustentável na matriz energética brasileira para aproximadamente 18% até 2030, aumentando a parcela de biocombustíveis avançados

(segunda geração) e o uso de biodiesel.

Também foram realizados debates sobre o combate ao desmatamento ilegal na Amazônia e no Cerrado. De 2004 a 2014, o Brasil diminuiu o ritmo de desmatamento em torno de 83%, sobretudo por meio de diversos programas de comando e controle e pela criação de unidades de conservação e de demarcação de terras indígenas.

Nessa área, o apoio internacional recebeu destaque. O Fundo Amazônia, que apoia ações de preservação da floresta, conta com recursos da Noruega e da Alemanha.

A atuação da comissão mista, disse Jorge Viana, tem sido no sentido de manutenção de políticas de controle e de fomento a atividades econômicas que não pressionem por mais desmatamento.

Colegiado aprova 13 acordos internacionais

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou ontem 13 projetos de decreto legislativo (*veja quadro*) referentes a acordos internacionais assinados entre Brasil e países como Finlândia, Grécia, Dinamarca, Noruega e Inglaterra, além de organismos internacionais.

Os acordos envolvem aviação civil na América Latina, defesa nacional, intercâmbio educacional, controle aduaneiro e combate da evasão fiscal.

A comissão ratificou o Acordo Multilateral de Céus Abertos para os Estados Membros da Comissão Latino-Americana de Aviação Civil, aprovado também em Plenário.

O presidente da comissão, Fernando Collor (PTC-AL), também fez um balanço do biênio 2017-2018, quando a CRE promoveu 101 reuniões e apreciou 268 proposições.

— Espero que o ano próximo nos ajude a atuar de forma efetiva para a solução dos problemas que afetam a nação, neste momento tão exigente pelo qual estamos passando — concluiu.

PDS 149/2018	Acordo entre o Brasil e a Grécia sobre extradição, assinado em Atenas em 2009. Crimes que podem levar à extradição são os que podem ser punidos com pena privativa de liberdade de, no mínimo, um ano de reclusão
PDS 150/2018	Protocolo assinado pelo Brasil e pela Dinamarca, celebrado em Copenhague em 2011, altera a convenção destinada a evitar a dupla tributação e prevenir a evasão fiscal de impostos sobre a renda
PDS 151/2018	Acordo multilateral de céus abertos que congrega 22 países da América Latina e do Caribe e trata, entre outros assuntos, da liberação de tráfego aéreo entre as nações signatárias
PDS 152/2018	Convenção Internacional para a Segurança de Contêineres, adotada durante conferência internacional realizada em Londres, em 1972
PDS 153/2018	Acordo de assistência administrativa mútua entre o Brasil e a Noruega em matéria aduaneira, assinado em Oslo, em 2012, para prevenir, detectar, investigar e combater infrações aduaneiras
PDS 154/2018	Emenda ao acordo de cooperação entre o Brasil e o Kuwait, celebrado em Brasília, em 2010
PDS 155/2018	Acordo entre Brasil e Kuwait, celebrado em Brasília, em 2010, e trata de serviços aéreos
PDS 156/2018	Acordo entre o Brasil, Grã-Bretanha e Irlanda do Norte sobre cooperação em matéria de defesa, assinado no Rio de Janeiro, em 2010
PDS 157/2018	Acordo entre o Brasil e São Tomé e Príncipe para cooperação em defesa, assinado em Brasília, em 2010
PDS 168/2018	Protocolo de Cooperação e Facilitação de Investimentos Intra-Mercosul, assinado em Buenos Aires em 2017
PDS 169/2018	Acordo entre o Brasil e a Finlândia, sobre o exercício de atividade remunerada por parte dos dependentes do serviço diplomático
PDS 170/2018	Acordo Multilateral de Busca e Salvamento entre Brasil e Peru, celebrado em Lima, em 1972
PDS 171/2018	Acordo de cooperação educacional entre o Brasil e a Etiópia, celebrado em 2013, para o desenvolvimento dos dois países e promoção da língua portuguesa

Escolhida a comissão que vai representar o Congresso no recesso

O Plenário designou ontem os membros da Comissão Representativa do Congresso Nacional, que funcionará durante o recesso parlamentar, de 23 de dezembro de 2018 a 1º de fevereiro de 2019.

Entre os integrantes do colegiado estão o presidente do Senado, Eunício Oliveira, e os senadores Dário Berger (MDB-SC), João Alberto Souza (MDB-MA), Simone Tebet (MDB-MS), Paulo Bauer (PSDB-SC), Dalírio Beber (PSDB-SC), João Capiberibe (PSB-AP), Acir Gurgacz (PDT-RO), Paulo Rocha (PT-PA), Telmário Mota (PTB-RR) e Pedro Chaves (PRB-MS). Os nomes foram encaminhados à Mesa pelas lideranças partidárias. A Câmara também anunciou os deputados que comporão a comissão temporária.

Previsto constitucionalmente, o colegiado tem como objetivo zelar pelas prerrogativas do Congresso durante os períodos de recesso parlamentar. À comissão cabe exercer atribuições

de caráter urgente, que não possam aguardar o início do período legislativo seguinte sem prejuízo para o país ou suas instituições. As deliberações serão tomadas por maioria simples, presente a maioria absoluta dos parlamentares que integrem o colegiado.

Conselho

O Plenário também aprovou as indicações de Cid Marconi, Tibério de Melo Cavalcante e Marcelo de Almeida Ferrer para compor o Conselho da República, nas vagas de cidadãos destinadas à indicação do Senado. O conselho é órgão superior de consulta do presidente da República. Dele participam o vice-presidente, os presidentes da Câmara e do Senado, os líderes da maioria e da minoria nas duas Casas, o ministro da Justiça, e seis cidadãos brasileiros. Compete ao conselho pronunciar-se sobre questões como intervenção federal, estado de defesa e estado de sítio.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Eunício Oliveira
Primeiro-vice-presidente: Cássio Cunha Lima
Segundo-vice-presidente: João Alberto Souza
Primeiro-secretário: José Pimentel
Segundo-secretário: Gladson Cameli
Terceiro-secretário: Antonio Carlos Valadares
Quarto-secretário: Zeze Perrella
Suplentes de secretário: Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Silvio Burle
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editora-chefe: Fernanda Vidigal

Edição e revisão: Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller, Mayra Cunha, Pedro Pincer e Thâmara Brasil

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Segue para o Plenário projeto com critérios especiais de tributação que objetivam prevenir a concorrência desleal e combater a inadimplência e a adulteração de produtos

Comissão aprova combate a fraude e sonegação

CRITÉRIOS ESPECIAIS DE tributação que objetivam prevenir a concorrência desleal, combater a sonegação, a inadimplência e a adulteração de produtos foram aprovados ontem pela Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC). O projeto (PLS 284/2017 — Complementar) segue agora para votação em Plenário.

Da senadora Ana Amélia (PP-RS), a proposta busca punir o devedor contumaz, que deixa de pagar tributos para obter vantagem concorrencial. O principal foco é combater fraudes nos setores de combustíveis, cigarros e bebidas. O texto em análise é o substitutivo do relator, Ricardo Ferraço (PSDB-ES), aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) no início de novembro, porém com a inclusão de alguns aprimoramentos colhidos em audiência pública realizada no início deste mês na CTFC.

— A proposta dialoga com o mais elevado e absoluto interesse público não apenas da União, mas dos estados

subnacionais — disse Ferraço.

Contrário à proposta, Ciro Nogueira (PP-PI) disse temer insegurança jurídica para as empresas por não haver, em sua visão, número suficiente de pessoas habilitadas para realizar a análise sobre devedor contumaz.

Ferraço respondeu que a principal causa de insegurança jurídica é a ausência de um marco nacional sobre o tema, que tem permitido aos estados editarem leis nas quais muitas vezes não observam os direitos dos contribuintes.

De acordo com Ana Amélia, a concorrência desleal pode repercutir nos preços de produtos e serviços e desequilibrar o mercado.

— A utilização de liminares, por empresas detidas por “laranjas”, além de outros expedientes, provocou o ingresso no mercado de inúmeros *players* que se valeram de medidas aparentemente legais, mas cujo objetivo era ilícito: concorrer deslealmente no mercado. Mais recentemente, empresas têm se valido do não pagamento sistemático de tributos para fraudar a



Ana Amélia (E), autora do projeto, e Ricardo Ferraço (D), relator, durante reunião da Comissão de Transparência

concorrência. Estima-se que apenas nos setores de cigarros e combustíveis, sujeitos a cargas tributárias elevadas em comparação com outros produtos, cerca de R\$ 8 bilhões sejam sonegados anualmente.

O projeto permite que os entes federados controlem os procedimentos de caráter tributário adotados pelos contribuintes que possam repercutir nos preços de produtos e serviços, desequilibrando o mercado. De acordo com a proposta, União, estados, Distrito Federal e municípios

poderão estabelecer, por lei específica, critérios especiais para o adequado cumprimento das obrigações tributárias.

Entre as medidas, estão a adoção de alíquota específica sobre produtos e o controle especial de recolhimento de impostos.

Além disso, as administrações públicas poderão antecipar ou postergar o fato gerador de tributos e concentrar a incidência de impostos em determinadas fases do ciclo econômico. Outras iniciativas para coibir as fraudes

e combater a sonegação são a manutenção de fiscalização ininterrupta no estabelecimento de sujeito passivo, a instalação compulsória de equipamentos de controle de produção, comercialização e estoque e a adoção de regime de estimativa.

Após a audiência na CTFC, Ferraço incorporou ao substitutivo sugestão feita pela Receita Federal e pela Sefaz-SP, para autorizar a administração tributária a identificar setores com indícios de desequilíbrio concorrencial.

Prazo para retirar nome de lista de inadimplentes pode cair para dois dias

Empresas devem retirar em até dois dias úteis os nomes de clientes em cadastros de inadimplência após o pagamento total do débito. A proposta consta de projeto aprovado ontem na Comissão de Transparência Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC). O projeto segue para a Câmara dos Deputados, exceto se houver recurso para que passe antes pelo Plenário do Senado.

O texto, apresentado pelo senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), modifica o Código de Defesa do Consumidor (CDC) e também determina o prazo de dois dias úteis para modificações em erros de dados cadastrais, quando solicitadas pelo consumidor.

Atualmente, o CDC concede até cinco dias úteis para que empresas deem baixa do nome do consumidor que quitar os seus débitos.

Para o relator da proposta, Romero Jucá (MDB-RR), o prazo de cinco dias úteis previstos para que o arquivista possa comunicar a alteração dos dados do consumidor não é mais necessário na realidade atual.

"A comunicação próxima da instância é uma realidade nas grandes cidades brasileiras e também nos rincões do extenso território nacional, onde não é mais precária a comunicação entre os diversos cadastradores de dados dos consumidores. Desse modo, opinamos favoravelmente pela redução do prazo assinalado de cinco para dois dias úteis", observa Jucá em seu parecer.

Garantia contra problemas aparentes poderá ser ampliada

O tempo de garantia legal prevista no Código de Defesa do Consumidor (CDC) para produtos e serviços poderá passar a ser contado ao fim do prazo de garantia contratual, firmada no momento de aquisição do bem ou serviço, nos casos em que o cliente optar por essa cobertura complementar. A Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC) aprovou ontem projeto que determina a mudança no CDC.

Atualmente, o código estabelece prazo de 30 dias para o consumidor

reclamar por problemas aparentes em serviços e produtos não duráveis e 90 dias para os duráveis. Esse é o período da garantia legal, obrigatória, a ser concedida pelo fornecedor. O chamado prazo decadencial começa a ser contado a partir da entrega efetiva do produto ou do término da execução do serviço.

A questão, trazida pelo PLS 90/2012, do senador Eduardo Amorim (PSDB-SE), é a compatibilização entre os prazos da garantia legal e da garantia contratual. Como o CDC é omissivo quanto a essa contagem, o projeto pre-

tende suprir a lacuna ao determinar que o prazo de garantia legal deverá ser contado a partir do término da garantia contratual, quando essa tiver sido adquirida pelo cliente.

"Diversamente do que ocorre com a garantia legal contra vícios de adequação, a legislação não estabelece critério para o consumidor reclamar a garantia contratual, gerando inúmeros conflitos na relação de consumo", observa Amorim na justificativa do projeto.

O senador Dário Berger (MDB-SC) foi o relator da proposta.

Definição sobre aumento de taxas cartoriais fica para 2019

Os senadores contrários ao aumento das taxas cartoriais no Distrito Federal conseguiram o adiamento da votação de projeto que previa o reajuste para 2019. Ontem, na última reunião ordinária da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), as dúvidas sobre a proposta, apresentada pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal (TJDFT) não foram sanadas.

O senador Hélio José (Pros-DF) e a relatora do PLC 99/2017, senadora Rose de Freitas (Pode-ES), apontaram a necessidade de atualizar as tabelas de serviços notariais, que são da década de 1960 e sobre as quais incide, para correção, apenas a variação inflacionária, desde então.

O Distrito Federal é a única unidade da Federação em que os valores dos emolumentos são definidos pelo Congresso, disse Hélio José. Nos estados, são as Assembleias Legislativas que

determinam os valores.

— Trata-se de uma reestruturação. Os cartórios de Brasília não vão conseguir trabalhar se não se fizerem essa reestruturação, não se trata de majoração — afirmou.

José Pimentel (PT-CE) e Reguffe (sem partido-DF) se posicionaram contra o aumento das taxas por considerarem injusta a elevação em níveis muito superiores à inflação, o que, segundo eles, prejudica a população em um cenário de crise econômica.

Indexação

Pimentel também avalia haver inconstitucionalidade na proposta, já que o projeto determina o reajuste anual automático pela inflação, negando o fundamento praticado no país desde o Plano Real, de não permitir a indexação de valores na economia.

O senador também criticou a criação

de uma taxa de 7% sobre os serviços, que seria direcionada para uma espécie de "caixinha" a ser administrada pela entidade que coordena os cartórios na capital.

Na opinião dele, ao aprovar a proposta, o Congresso faria o contrário do que fez com a reforma trabalhista, ao extinguir o imposto sindical, vinculando um novo imposto para o "sindicato dos cartórios".

— Esse é um projeto que aumenta abusivamente as taxas de cartório no DF e eu tenho a obrigação de estar aqui. Não tenho direito a voto na CCJ, mas queria pedir o voto dos meus colegas parlamentares contrário a esse projeto — afirmou Reguffe.

Um pedido de verificação nominal feito por Randolfe Rodrigues (Rede-AP) e apoiado por Lasier Martins (PSD-RS) e Antonio Anastasia (PSDB-MG) impediu a votação da proposta.

Eunício exalta vitória do diálogo e da democracia

Em avaliação de sua gestão no biênio 2017-2018, o presidente do Senado destacou a busca do entendimento e o respeito entre as forças políticas no Congresso e os três Poderes

AO APRESENTAR UM balanço sobre sua gestão à frente do Senado no biênio 2017-2018, o presidente Eunício Oliveira salientou ontem em Plenário o diálogo entre as forças políticas no Congresso, realçou a relação de respeito entre os três Poderes, lembrou a aprovação de propostas importantes e destacou medidas administrativas. Emocionado, ele discursou por 23 minutos e foi elogiado por 24 senadores por quase duas horas.

— Sempre busquei a conciliação, o entendimento e o consenso possíveis. Os resultados da gestão são concretos. O poder da palavra reinou, o diálogo venceu e os valores democráticos foram sempre preservados. Tenho a convicção dos democratas de que assim deve ser um Estado republicano. Nenhum poder prepondera sobre os demais. Nenhum poder fala mais alto que seus congêneres. Executivo, Legislativo e Judiciário têm de conviver com independência e harmonia, sempre obedecendo à vontade popular e ao veredito das urnas — afirmou.

De acordo com o presidente da Casa, o Senado foi respeitado e foi ouvido pela Presidência da República, pela Câmara dos

Deputados, pelo Supremo Tribunal Federal, pelo Ministério Público, pelos governadores e por toda a sociedade, “e a recíproca foi verdadeira”.

Em 2017, segundo Eunício, o Senado votou, em Plenário ou com decisão final nas comissões, 382 proposições, entre propostas de emenda à Constituição, medidas provisórias, projetos de lei e de resolução do Senado. Em 2018, ano de Copa do Mundo e de eleições gerais, analisou mais de 318 proposições, em um total que supera 700 votações.

— Graças à participação parlamentar ativa nas relatorias dos projetos, alcançamos a mais alta produtividade.

Sociedade e economia

Diante desse desempenho, segundo Eunício, “é impossível enumerar as dezenas de projetos aprovados para as áreas de saúde, educação, transporte, turismo e muitos outros voltados para jovens, idosos e mulheres”.

Na área econômica e tributária, ele destacou a aprovação da reforma trabalhista. Também lembrou as propostas relacionadas ao pacto federativo e às finanças públicas dos governos estaduais e das prefeituras. O



Como presidente do Senado, Eunício Oliveira destaca projetos aprovados e diz que resultados são concretos

Senado aprovou em caráter de urgência o projeto que institui o regime de recuperação fiscal dos entes federados, ressaltou.

— Na área de segurança, no ano passado, aprovamos a criação das polícias penitenciárias federais, estaduais e distrital, e a transferência de recursos financeiros do Fundo Penitenciário Nacional para atender às unidades prisionais estaduais. Neste ano, destaco a proibição do contingenciamento de recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública previstos

no Orçamento da União e a criação do Plano Nacional de Enfrentamento ao Homicídio de Jovens — afirmou.

Entre as medidas administrativas, Eunício citou a economia de R\$ 40 milhões em compras e contratações, em 2017, e a devolução de R\$ 303 milhões aos cofres públicos para aplicação em saúde e em educação. Também destacou a modernização da Secretaria-Geral da Mesa e a formação e capacitação dos servidores.

Eunício ainda mencionou

o papel da comunicação. No Facebook, o Senado chegou a 3,2 milhões de seguidores.

— No Instagram, um salto de mais de 400%, chegando a 620 mil seguidores. Em um ano, a TV Senado no YouTube triplicou seu alcance, totalizando mais de 270 mil seguidores. Nosso Portal de Notícias superou 10 milhões de acessos só em 2018. A Rádio Agência Senado já tem mais de 1.600 rádios conveniadas e são mais de 20 mil reportagens produzidas por elas diariamente.

Senadores destacam atuação e liderança da Presidência da Casa no biênio

O discurso de despedida do presidente do Senado, Eunício Oliveira, repercutiu no Plenário, onde 24 parlamentares de diferentes partidos se revezaram por duas horas para elogiar sua atuação no comando da Casa.

O senador Paulo Rocha (PT-PA) disse que Eunício assumiu a presidência do Congresso “em um momento de quase rompimento da democracia” e conseguiu dirigir o Senado “com altivez e independência”.

Para José Agripino (DEM-RN), Eunício demonstrou “liderança, afirmação e diálogo” em um momento de tensão, após o impeachment da ex-presidente

Dilma Rousseff.

A líder do MDB, Simone Tebet (MS), lembrou o conselho que recebeu do presidente do Senado ao assumir a liderança da maior bancada do Senado, para que não esquecesse que “o líder é antes de tudo um liderado”.

Para Randolfe Rodrigues (Rede-AP), Eunício faz jus à memória de Ruy Barbosa, patrono do Senado.

— Vossa Excelência conduziu esta Casa e essa Presidência não pelo varejo da rotina, não pela fisiologia do cotidiano, mas pela necessidade que tinha de se portar como líder — disse.

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)

destacou a atuação de Eunício na condução da pauta feminina. Ela elogiou ainda a relação de Eunício Oliveira com o colégio de líderes.

Rose de Freitas (Pode-ES) ressaltou “o companheirismo” de Eunício Oliveira com a luta das mulheres e das minorias “menos afagadas pelo poder”.

— Vossa Excelência destacou as políticas de proteção à maternidade, à infância, à família e ao idoso. Cuidou muito bem das questões sociais. Fez política com gosto de fazer, de dialogar, de discutir, de colocar as suas questões e de se contrapor às nossas, sempre com o mesmo sentimento: igualdade,

em primeiro lugar — disse.

Também comentaram o pronunciamento de Eunício os senadores: Ana Amélia (PP-RS), Antonio Anastasia (PSDB-MG), Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), Dário Berger (MDB-SC), Edison Lobão (MDB-MA), Eduardo Lopes (PRB-RJ), Guaracy Silveira (PSL-TO), Hélio José (Pros-DF), Humberto Costa (PT-PE), Jorge Viana (PT-AC), Lúcia Vânia (PSB-GO), Otto Alencar (PSD-BA), Paulo Bauer (PSDB-SC), Reguffe (sem partido-DF), Romero Jucá (MDB-RR), Waldemir Moka (MDB-MS) e Walter Pinheiro (sem partido-BA).

Vanessa apresenta números de seus oito anos de mandato

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) fez um balanço de seus oito anos de mandato. A senadora não foi reeleita para a próxima legislatura. Há 30 anos na vida pública, tendo sido vereadora, deputada federal e senadora, Vanessa se disse orgulhosa dos passos que deu em prol do Amazonas e da população brasileira.

No Senado, ela apresentou 1.525 proposições, sendo 140 projetos de lei, 30 propostas de emenda à Constituição e 1.128 requerimentos. A portaria do Ministério da Saúde com protocolos para exames de mamografia baseou-se em projeto da senadora.



Pedro França/Agência Senado

Walter Pinheiro destaca energia e telecomunicações

Walter Pinheiro (sem partido-BA) se despediu ontem do mandato de senador. Técnico em telecomunicações, ele comentou o que foi uma de suas principais bandeiras no Senado: a construção de leis para a área de ciência e tecnologia. O senador atuou na elaboração de propostas sobre banda larga e tecnologia da informação. Participou da Lei de Incentivo à Informática, da Lei Geral de Telecomunicações e do Marco Civil da Internet.

Ele disse que o que mede o desempenho de um parlamentar não é o número de projetos apresentados, mas a qualidade da discussão de cada proposta.



Pedro França/Agência Senado

Cidinho lembra momentos marcantes como senador

Cidinho Santos (PR-MT) se despediu do mandato lembrando momentos que considera marcantes, como a votação do impeachment de Dilma Rousseff. O senador foi empossado pela primeira vez em 2012, como primeiro suplente, substituindo o ministro da Agricultura, Blairo Maggi.

Desde então, assumiu o cargo por quatro vezes, num total de três anos como senador. Cidinho destacou projetos relevantes dos quais foi relator, citando o programa de incentivo ao uso de biocombustível renovável, que, segundo ele, “será um marco para a indústria de etanol e de biodiesel no país”.



Pedro França/Agência Senado

Ivo Cassol ressalta propostas de combate à corrupção

O senador Ivo Cassol (PP-RO) destacou ontem alguns dos projetos que apresentou à Casa, como o que autoriza prefeituras e governos estaduais a adquirir medicamentos e materiais hospitalares diretamente dos fabricantes. Cassol comunicou que sua última proposta será uma sugestão de emenda à Constituição para autorizar policiais militares e bombeiros a exercerem outras atividades, desde que haja compatibilidade de horários.

Ele ainda informou que essa PEC já tem 22 dos 27 apoios necessários de outros senadores para que possa ser apresentada.



Pedro França/Agência Senado